

RECURSO ESPECIAL Nº 1.857.946 - GO (2020/0009946-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : LUIZ ALBERTO SAMPAIO
RECORRIDO : VALDBLAN PERES DE FREITAS
ADVOGADOS : GUSTAVO ARTHUR COELHO LOBO DE CARVALHO - DF015641
ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA - DF016023

DECISÃO

SANCIONADOR. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, COM BASE NA MOLDURA FÁTICA E PROBATÓRIA QUE SE DELINEOU NOS AUTOS, FORAM UNÂNIMES EM ATESTAR QUE A CONDUTA IMPUTADA AO ACIONADO NÃO SE ALÇA AO PLANO DAS IMPROBIDADES, RAZÃO PELA QUAL O CONTROLE DE LEGALIDADE A SER EXERCIDO POR ESTA CORTE SUPERIOR PERMITE IDENTIFICAR QUE NÃO HOUVE VIOLAÇÃO A TEXTO DE LEI FEDERAL QUE REGE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PARECER DO MPF PELO PROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL DO AUTOR DA AÇÃO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a partir do qual vindica a reforma do aresto do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, que contou com a seguinte ementa:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE DOLO E MÁ-FÉ. MERAS FALTAS ADMINISTRATIVAS. APELAÇÃO PROVIDA.

1. *A inicial da ação de improbidade imputou aos requeridos, servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a prática de atos de improbidade previstos nos arts. 10, VIII. e 11, caput, da Lei 8.429/1992*

2. *É requisito para a configuração da ocorrência de dano ao erário o efetivo dano material aos cofres públicos, o que não ocorre na hipótese, já que não houve a quantificação do dano, nem na inicial, nem na sentença, sendo que o dano presumido não serve para a sua caracterização. Precedentes do STJ e desta Corte.*

3. *A realização de licitação para aquisição de veículo para uso da ECT. com reprodução, no edital, de algumas especificações de um dos fabricantes, não configura ato de improbidade, pela*

Superior Tribunal de Justiça

vertente do direcionamento do certame, salvo na comprovação de favorecimento pessoal do servidor ou de terceiros, o que não está demonstrado na espécie, até mesmo pela ausência de prejuízo para a empresa

4. *Não se pode confundir meras (e supostas) faltas administrativas com as graves faltas sujeitas às severas sanções da Lei 8.429/92. O elemento subjetivo do agente deve estar sempre presente para a configuração da conduta improba. mesmo nos casos previstos no artigo 10 da Lei de Improbidade, caracterizando, ao mínimo, culpa grave, o que não ocorre na espécie, já que se tratam de erros baseados em especificações técnicas apresentados por superior hierárquico, e que não chegam a tocar a esfera da improbidade.*

5. *Apelação provida (fls. 466).*

2. Nas razões de seu Apelo Raro, a parte recorrente vindica a reforma do acórdão por alegada violação do art. 11 da Lei de Improbidade, ao seguinte argumento: *o acórdão impugnado também violou o art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa quando asseverou que os atos não foram praticados com dolo, na medida em que a jurisprudência do próprio egrégio TRF 1a. Região, seguindo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de que, para a configuração do ilícito previsto no art. 11 da Lei de 8.429/92, basta a verificação do dolo genérico, que está na simples vontade consciente de aderir à conduta descrita no tipo, produzindo os resultados vedados pela norma jurídica (fls. 510).*

3. A Presidência do Tribunal de origem deferiu o processamento do Apelo Raro (fls. 517/519); parecer do MPF pelo provimento do recurso (fls. 535/539).

4. Em síntese, é o relatório.

5. Não merece prosperar o recurso.

6. Acerca da conduta dos agentes, a Corte de origem manifestou as seguintes ponderações:

Nesse cenário, os fatos dos autos não justificam a leitura jurídica contida na sentença, porquanto não restou comprovada a efetiva lesão ao erário, e nem o cometimento de atos contrários aos princípios norteadores da

administração pública.

O fato de haver especificações mínimas para a aquisição de um veículo não caracteriza, necessariamente, ato de improbidade, que pressupõe a má-fé do agente, a intenção de provocar dano ao erário e violar os princípios administrativos, mormente quando não há sequer, a quantificação do suposto dano causado. Não existe condenação por dano ao erário se o dano é presumido!

Não ficou comprovado, de modo inequívoco, que os servidores agiram com desonestidade ou má-fé a fim de desviar recursos públicos ou aplicados em finalidades diversas da aquisição do veículo, que efetivamente está sob a propriedade da ECT.

Os atos de improbidade administrativa não se confundem com simples ilegalidades administrativas ou inaptidões funcionais.⁷ Não se pode confundir meras faltas administrativas com as graves faltas sujeitas às severas sanções da Lei 8.429/92. aplicadas apenas quando a atuação do administrador destoe, nitidamente, dos princípios que regem a Administração Pública, em especial, a legalidade e a moralidade, transgredindo os deveres de retidão e lealdade ao interesse público. Todo ato ímprobo é um ato ilícito, irregular, mas nem todo ilícito ou irregularidade constituem atos de improbidade

A despeito das (supostas) irregularidades verificadas - que mais se assemelha a atipicidades administrativas e inabilidade do gestor -, não ficou comprovado que os apelantes agiram com propósitos malsãos, com dolo ou culpa grave, nem mesmo que as verbas tiveram utilização que atentasse contra a moralidade ou causasse desvio de recursos ou enriquecimento ilícito do apelante (fls. 460/461).

7. Como se verifica da leitura acima, a Corte de origem afastou a responsabilidade dos demandados a partir de aprofundada análise fático-probatória dos autos, concluindo que os acionados não foram motivados por desonestidade, malícia ou má-fé, não se beneficiando do ato de compra do veículo pela ECT.

8. O revolvimento de tal conclusão fático-processual é vedado na presente via do Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ, razão pela qual a pretensão do recorrente a que se reconheça a prática dolosa (elementar da improbidade) não pode ser acolhida neste Tribunal de Superposição.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Especial do Órgão Acusador.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR